



Renan pede esforço legislativo em ano com eleições e Copa

Na abertura do ano legislativo, ontem, presidente do Congresso convocou parlamentares a priorizar a pauta de votações. Presidente Dilma Rousseff pediu parceria com o Parlamento, além de defender o equilíbrio fiscal

A conclusão da reforma política, o novo indexador para a dívida dos estados e o Plano Nacional de Educação estão entre as prioridades do Legislativo neste semestre, segundo o presidente do Congresso, Renan Calheiros. Ao abrir o ano legislativo, que teve a presença dos presidentes da Câmara, Henrique Alves, e do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, Renan lembrou as medidas de redução

de gastos do Senado e pediu empenho para evitar irresponsabilidade fiscal num ano marcado por Copa do Mundo e eleições. Já a presidente Dilma Rousseff propôs, em mensagem ao Congresso, ampliar a parceria “em favor do Brasil e da democracia, da superação definitiva da miséria e do desenvolvimento sustentável”. Senadores discursaram, em Plenário, sobre as expectativas para este ano. **2, 3 e 7**



Pedro Franco/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Congresso reabre trabalhos (acima) com leitura da mensagem presidencial entregue por Mercadante a Renan (D, no alto)

especial Cidadania

É possível participar dos trabalhos do Senado

Casa do Congresso que representa a Federação, o Senado oferece ferramentas para que o

cidadão possa opinar e acompanhar as atividades legislativas e a atuação parlamentar. **4 e 5**

Senadores querem novo índice para dívidas de estados e municípios

Inovação pode ser critério para progressão de professores

6



Marcos Oliveira/Agência Senado

Joaquim Barbosa (C) destacou processos com repercussão geral julgados em 2013

Judiciário retoma atividades em solenidade

Sessão solene de abertura do ano judiciário foi conduzida pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, e contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. **3**

Parlamentares cobram solução para más condições dos presídios

Planos poderão ter que cobrir intenações domiciliares

8



SEMINÁRIO INTERNACIONAL de 5 a 7 de fevereiro

O Ministério de Relações Exteriores (FCO) do Reino Unido tem a honra de apresentar o Projeto Boas Práticas Legislativas Brasil - Reino Unido. O objetivo é realizar um seminário para o fortalecimento das relações entre os dois países por meio de cooperação interparlamentar. A organização é da Embaixada Britânica com o apoio da Alesfe e do Interlegis. Palestras incluem o ministro da SAE, Marcelo Neri, Dave Watts MP e Anthony Pereira, entre outros.

Inscrições pelo email Brasilia.RSVP@fco.gov.uk

Vagas limitadas!

| Auditório do INTERLEGIS



Em mensagem enviada para a abertura do ano legislativo, a presidente comemora os resultados do ano passado e pede a continuação do trabalho em conjunto

Dilma quer mais parceria com o Congresso em 2014



O senador João Vicente Claudino (2º à esq.) lê para os parlamentares o texto preparado pela presidente da República

A MENSAGEM DA presidente Dilma Rousseff ao Congresso na abertura do ano legislativo foi clara: ela quer parceria. Na avaliação da presidente, em 2013, Executivo e Congresso trabalharam de forma coerente para trazer mais bem-estar à população. “Conclamo novamente os parlamentares a reafirmar uma forte parceria em favor do Brasil e da democracia, da superação definitiva da miséria e do desenvolvimento sustentável”, disse Dilma no discurso lido ontem pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI), quarto-secretário do Congresso.

Na mensagem, a presidente disse esperar a continuidade do compromisso firmado no ano passado pelos principais líderes do Congresso de não aprovar projetos que prejudiquem as contas públicas.

“Manteremos uma gestão das contas públicas compatível com a continuidade da política de profundo compromisso com a responsabilidade fiscal”, afirma Dilma. A medida, segundo ela, está associada à responsabilidade social.

No texto, a presidente citou a parceria do Congresso, que reduziu o financiamento da previdência social de 1,3% do PIB, em 2009, para 1% em 2013. No mesmo período, as despesas com pessoal caíram de 4,7% do PIB para 4,2%.

Dilma disse que lutar contra a corrupção é como combater a inflação, exigindo compromisso do governo federal, entes federados e sociedade.

Resultados

O texto, entregue pelo ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, cita números e resultados do governo em diversas áreas, como os programas sociais, de transferência de renda, de educação e profissionalização e os objetivos da política externa para 2014.

Dilma disse que o Bolsa Família terá como desafio a procura ativa de cerca de 500 mil famílias ainda consideradas de extrema pobreza para inseri-las no cadastro do governo como beneficiárias do Plano Brasil sem Miséria.

Ela antecipou que o prazo de abertura de novas creches

deve cair de 18 para 6 meses, por causa de mudanças na forma da construção dos prédios. De acordo com Dilma, o governo já contratou 5 mil unidades e a meta é chegar a 6 mil até o fim do ano.

Sobre educação, a presidente citou o esforço para transformar os royalties do petróleo em investimentos na área. A meta do governo, afirmou, é chegar ao final do ano com 60 mil escolas adotando o horário integral.

Dilma também explicou as metas de projetos como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a expansão da rede federal de educação, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa Ciência sem Fronteiras. Ela frisou o impacto da política de cotas na educação: no ano passado, das 141.953 vagas em universidades federais, 46.137 foram destinadas às cotas (32,5%). Nos institutos federais, as cotas ocupam 45,4% das vagas.

“Brasil supera a crise sem sacrificar o povo”

Na mensagem, a presidente avaliou que “o Brasil tem superado a crise financeira mundial sem sacrificar a população”. Ela ressaltou que o país gerou 1,1 milhão de novos postos formais no ano passado, 200 mil a menos do que em 2012.

Dilma avaliou como positivos os leilões de geração de energia e de rodovias e anunciou o primeiro leilão de ferrovia, que ligará Lucas do Rio Verde (MT) a Campinorte (GO). Também julgou atrativos os leilões de rodovias e de aeroportos. Segundo ela, em 2014 o governo investirá em 2.800 quilômetros de estradas, 20.500 quilômetros de transporte fluvial e 603 quilômetros de trilhos.

Sobre o equilíbrio federativo, a presidente disse que a União socorreu os municípios com auxílio adicional de R\$ 3 bilhões. Também afirmou que a desoneração de empresas chegou, em 2013, a 1% do PIB. Em 2014, garantiu, a abertura de uma nova empresa levará apenas cinco dias.

Na agricultura, Dilma destacou o lançamento do plano de safra específico para o semiárido, que deve alcançar 1.133 municípios. Cerca de 1,6 milhão de agricultores terão R\$ 7 bilhões para aplicar em sistemas produtivos próprios.

Ela afirmou estar confiante de que o governo cumprirá a meta de entregar 750 mil cisternas até o fim de 2014.

Até dezembro de 2013, foram instaladas 481 mil.

A presidente avaliou a importância turística da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016. Anunciando auxílio financeiro a jovens talentos do esporte, disse que a meta do governo é de que o Brasil esteja entre os dez maiores medalhistas da próxima olimpíada. Nas paraolimpíadas, o alvo é estar entre os cinco primeiros.

Sobre relações internacionais, Dilma reiterou a busca por uma governança internacional transparente, analisou as metas do Brasil como membro do Mercosul e do Brics e lembrou a importância da luta pela proteção das comunicações eletrônicas.

Henrique Alves nega existência de “pauta-bomba” no Congresso

Ao discursar na abertura dos trabalhos legislativos deste ano, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, interrompeu a leitura da mensagem oficial para criticar o noticiário que dá como certa a adoção de uma “pauta-bomba” por parte do Legislativo em 2014. Segundo ele, que chegou a pedir licença para o imprevisto, trata-se de um equívoco e o Parlamento não vai se deixar levar pelo clima eleitoral.

— Tenho visto nos últimos dias, de forma indevida e insistente, uma cobrança injusta a essa Casa, como se ela estivesse se preparando para “pautas-bomba” aqui e acolá. Como parlamentar há 42 anos, conhecendo a história e a tradição desse Parlamento, não posso aceitar calado. Nunca foi a história desta Casa. Pelo contrário, no passado mais antigo ou mais recente, as bombas se armavam lá fora e aqui eram desarmadas — afirmou, referindo-

se a projetos que pressionam o Executivo por aumentarem os gastos públicos.

Henrique Alves acrescentou que os parlamentares querem mostrar maturidade e responsabilidade e jamais armariam “pautas-bomba” para qualquer matéria.

Manifestações

O deputado afirmou que as manifestações de rua não constroem os parlamentares e, na verdade, servem de motivação para que eles continuem buscando soluções para os problemas do país.

— Temos que agir com rapidez, mas com responsabilidade, para evitar soluções imediatistas e demagógicas — disse no discurso.

Henrique Alves aproveitou para fazer um balanço dos trabalhos da Câmara em 2013 e citou propostas aprovadas, como a Emenda Constitucional 72, que ampliou os direitos dos empregados domésticos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Crédito para o Fies

14h O Senado começa o ano legislativo com a pauta trancada pela medida provisória (MP 626/2013) que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 2,53 bilhões, para o Fies.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

15h O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; o vice-governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira; e o secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Água e esgoto

8h30 Na pauta, projeto que torna obrigatória a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgoto. Outra proposição destina recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para financiar a recuperação de terras degradadas.

CAE Internação domiciliar

10h Planos de saúde poderão ser obrigados a cobrir internações domiciliares. A comissão também pode votar projeto que estabelece prazo para o encerramento das liquidações extrajudiciais de bancos, planos de saúde e seguradoras.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30 reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senadores apontam temas prioritários para serem votados este ano, como o Plano Nacional de Educação, a reforma política e propostas para a saúde e a segurança pública

Renan pede ao Congresso esforço legislativo em ano eleitoral e de Copa

NA ABERTURA DOS trabalhos de 2014 no Congresso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou os parlamentares a priorizarem a agenda legislativa, sem antecipar a pauta política prevista para o segundo semestre. Renan também cobrou a conclusão da reforma política e a urgência na votação de projetos, como o que define o novo indexador para o refinanciamento da dívida de estados e municípios com a União (PLC 99/2013).

Ao elencar desafios como a aprovação do Plano Nacional de Educação e as novas Leis de Licitações e de Execução Penal, o presidente pediu o empenho para não haver prejuízo das atividades legislativas ou irresponsabilidade fiscal num ano marcado pela Copa do Mundo e pelas eleições.

Em seguida, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse

entender que a ideia é fazer um grande encontro e um compromisso dos parlamentares para garantir o andamento dos trabalhos legislativos.

— O Congresso deve ter consciência de continuar avançando em matérias importantes — disse.

Renan citou ainda como assuntos urgentes o prosseguimento da consolidação das leis e da regulamentação da Constituição, o novo Código Comercial, as novas leis de Arbitragem e de Mediação e a modernização do Código de Defesa do Consumidor.

Balanco

O presidente do Senado também fez um balanço das medidas de economia adotadas na Casa em 2013, a exemplo do corte dos valores acima do teto salarial, a extinção de 30% das funções comissionadas e a ampliação

da jornada de trabalho.

Ele também avaliou como produtivo o ano legislativo, com a aprovação de matérias importantes, especialmente aquelas demandadas pela sociedade nas manifestações de junho. Foram aprovados, entre outros, os direitos trabalhistas das domésticas, a licença hereditária para os taxistas, a reconstrução da mama pelo SUS em caso de câncer, os royalties do petróleo para a educação, a ampliação das votações abertas, a punição para empresas corruptoras e a aposentadoria especial para pessoas deficientes.

A reforma política, segundo Renan, é o que se pode chamar de “unanimidade estática, pois todos são favoráveis, mas ela não deslança no Congresso Nacional”, que continua devendo ao país uma mudança efetiva.

José Agripino (DEM-RN), no

entanto, discordou da afirmação de que a urgência de votar a reforma política — pedida também na mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Congresso — é unanimidade. Para ele, “a grande voz das ruas”, na verdade, pede contenção dos gastos públicos e melhor qualidade nas áreas de educação, saúde e transporte.

Já Acir Gurgacz (PDT-RO) apontou a necessidade de avanços e disse que a discussão sobre a reforma política “deve e vai acontecer”.

Renan concluiu seu pronunciamento defendendo uma consulta popular sobre o assunto.

— Poderíamos aproveitar a eleição de 2014 para ouvir a população. A reforma política no Brasil só será realidade acompanhada da chancela social, seja por meio de um plebiscito ou de um referendo — afirmou.

Para senadores, este semestre precisa ser de intenso trabalho

No discurso, Renan Calheiros sugeriu que os parlamentares se concentrem nas atividades legislativas, pelo menos no primeiro semestre de 2014.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) ponderou que é muito difícil para qualquer parlamentar esquecer as eleições e as negociações político-partidárias, já que todos acabam por se envolver nas campanhas nos próprios estados e na campanha presidencial. No entanto, aposta que o primeiro semestre será de muito trabalho, ficando as campanhas eleitorais para o segundo semestre.

— Temos quatro meses de campanha no Brasil, não temos por que sacrificar o primeiro semestre — afirmou.

Mesmo assim, disse o senador, Senado e Câmara devem elaborar calendário especial de votações para o segundo semestre, com semanas de esforço concentrado para apreciação de matérias pendentes.

Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que a sugestão do presidente do Senado é “possível e mais do que necessária”.

— É nossa obrigação perante o Brasil e os eleitores — disse.

Aloysio citou como algumas de suas prioridades este ano questões referentes ao pacto federativo, como a reformulação do ICMS, e a busca de mais recursos para saúde e para a segurança pública.



Renan (E) cumprimenta Joaquim Barbosa: presidente do Senado quer que agenda legislativa seja prioridade, sem antecipação da pauta política das eleições

Joaquim Barbosa quer construção de país menos violento e mais solidário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, defendeu ontem melhorias no sistema prisional, ressaltando que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário devem dividir a responsabilidade de construir um país menos violento e mais solidário.

Em mensagem lida na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em 2014, Joaquim Barbosa ressaltou que o STF continuará em sua missão primordial de guardião da Constituição. Em sua mensagem, ele defendeu o contínuo diálogo entre os Poderes da República, que chamou de “uma das vigas mestras do nosso sistema de governo”.

Barbosa, que também preside o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), teve a atuação em 2013 marcada por ações que buscaram conferir transparência e eficiência ao Judiciário, com ênfase no combate à corrupção e no estabelecimento de regras voltadas à

moralidade da administração pública.

O resultado das metas, disse Joaquim Barbosa, aponta para a produtividade dos magistrados, com destaque para o julgamento de processos mais antigos, em resposta aos anseios da sociedade por um Judiciário mais célere.

Joaquim Barbosa afirmou também que, apesar do esforço para enfrentar o problema das prisões provisórias, foi a violência em estabelecimentos prisionais que marcou a atuação do CNJ na questão penitenciária, “trazendo ao debate a necessidade de modificar a realidade até então desconhecida pela maioria do povo”.

Em 2014, afirmou, o CNJ atuará em seis novos estados e em outros seis complexos penitenciários que registram elevados índices de violação de direitos humanos. Joaquim Barbosa disse ainda que o órgão dará atenção a questões socioeducativas, a fim de consolidar melhorias no sistema penal.

Presidente do Senado participa da abertura do ano judiciário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prestigiou ontem a abertura do ano judiciário de 2014, no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão solene foi conduzida pelo presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, e contou com a presença de outras autoridades, como o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo — que representou a presidente da República, Dilma Rousseff — e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Barbosa destacou que em 2013 os processos com repercussão geral reconhecida foram destaque nos julgamentos do STF. Ao todo, 46 temas tiveram decisão final da Corte, com impacto em pelo menos 116 mil processos que estavam sobrestados em 15 tribunais. Entre esses casos estão julgamentos que envolvem matérias tributárias referentes a ICMS, PIS-Cofins, Simples e o que determinou a correção de diferenças

monetárias decorrentes da conversão da moeda de cruzeiro real para a URV (unidade real de valor).

— Em 2014, o Supremo Tribunal Federal continuará a envidar esforços para dar solução célere e definitiva a litígios — assinalou Barbosa.

Mudança ministerial

Após a cerimônia no STF, Renan Calheiros seguiu para o Palácio do Planalto para participar das posses dos ministros Aloizio Mercadante, na Casa Civil; Henrique Paim, na Educação; Arthur Chioro, na Saúde; e Thomas Traumann, na Secretaria de Comunicação Social.

Com a posse de Mercadante, Gleisi Hoffmann (PT-PR) reassume o mandato de senadora. A mudança faz parte da reforma que a presidente Dilma Rousseff está promovendo por conta do afastamento de integrantes de sua equipe para disputar as eleições.

Os brasileiros têm várias formas de participar dos processos legislativo e orçamentário do país, acompanhar e fiscalizar a atuação dos parlamentares e influenciar as decisões tomadas pelo Senado Federal e pelo Congresso, as quais, por sua vez, terão efeitos sobre a sociedade

Senado tem ferramentas para exercício da cidadania

O CIDADÃO TEM várias maneiras de entrar em contato com o Senado e participar das atividades legislativas do país. Assim, pode influenciar as decisões tomadas na Casa, que têm efeito sobre sua vida e a sociedade.

O Senado é uma das Casas do Congresso Nacional, ao lado da Câmara dos Deputados. Enquanto os deputados são

representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado e no Distrito Federal (com ajustes para que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de 8 ou mais de 70 deputados), o Senado representa a Federação. Por isso, há o mesmo número de senadores para cada um dos 26 estados e o Distrito Federal, totalizando 81.

O mandato dos senadores é de oito anos. A cada quatro anos, há eleição e a composição da Casa é renovada, alternadamente, em um terço e dois terços.

O Senado foi criado em 1824, com a primeira Constituição do Império. A reunião de instalação ocorreu em 1826, quatro anos depois de proclamada a independência do Brasil. Com

a implantação da República, em 1889, e da Assembleia Constituinte, em 1890, o Senado avançou rumo ao que é hoje.

Competências

Possui funções de caráter mais geral, que são compartilhadas com a Câmara. Além da representação, compete ao Congresso exercer atribuições

legislativas (legislar sobre as matérias de competência da União, elaborando emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias e outros atos normativos com força de lei) e de fiscalização e controle (fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e

indireta, auxiliado pelo Tribunal de Contas da União).

Outras funções são de exclusiva competência do Senado, conforme o artigo 52 da Constituição:

- Processar e julgar presidente da República, vice-presidente, ministros do Supremo Tribunal Federal, membros dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, procurador-geral

da República, advogado-geral da União e, nos crimes conexos ao presidente e vice, ministros de Estado e comandantes das Forças Armadas.

- Escolher ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República, presidente e diretores do Banco Central do Brasil, procurador-geral da República, chefes de

missão diplomática e outros cargos que a lei determinar.

- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, estados, Distrito Federal e municípios.
- Fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, estados, Distrito Federal e municípios.



Aprovação do Ato Médico, em 2013: cidadãos acompanham das galerias a votação de projetos de seu interesse



A TV Senado oferece canais para transmissão ao vivo de sessões plenárias e reuniões de comissões



Pela internet, é possível acompanhar as decisões do Senado e a atuação parlamentar, opinar e sugerir debates

Cidadão pode acompanhar atuação, opinar e participar

Conheça algumas das formas de estar em contato com o Senado

OUVIDORIA

Recebe e dá o tratamento adequado às sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. A Ouvidoria também pode sugerir mudanças no âmbito institucional, e o cidadão recebe retorno sobre as suas comunicações. A atual ouvidora é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Veja como entrar em contato:

Formulário eletrônico: www.senado.leg.br/ouvidoria.

Telefone: pelo Alô Senado (0800 612211) ou deixando manifestação gravada em (61) 3303-1791 ou, ainda, para contatos institucionais, pelos números (61) 3303-5924 e (61) 3303-5928.

Carta: Senado Federal, Anexo 2, térreo, Sala da Ouvidoria, CEP 70165-900.

E-mail: ouvidoria@senado.leg.br

CONTATO COM OS SENADORES

O contato com os gabinetes pode ser feito por telefone, fax, e-mail, carta ou pela página do senador na internet: <http://bit.ly/contatoSenadores>.

ALÔ SENADO

É a Central de Relacionamento com o Cidadão Brasileiro. Um canal de comunicação com a sociedade, de âmbito nacional, gratuito, que garante o envio de mensagens aos parlamentares e órgãos administrativos do Senado. Pelo telefone 0800 612211 ou pelo site www.senado.leg.br/alos Senado recebe e encaminha mensagens, sugestões, opiniões e críticas aos destinatários; fornece informações básicas sobre a instituição, os senadores, os projetos de lei e os textos legais da esfera de atuação do Poder Legislativo federal.

SUGESTÕES LEGISLATIVAS

Projeto de lei de iniciativa popular: de acordo com a Constituição, a sociedade pode apresentar um projeto de lei ao Congresso, desde que a proposta seja assinada por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles. O formulário para recolher as assinaturas encontra-se em <http://bit.ly/apoiamento>.

Também é possível fazer uma sugestão pelo site <http://bit.ly/ideiasLegislativas>. A ideia é avaliada e, se atender os critérios, é publicada e fica disponível para apoio pelo prazo de quatro meses. Se receber a quantidade de apoios necessários (20 mil), a ideia será avaliada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e poderá tramitar formalmente no Senado.

PARTICIPAÇÃO NO PLENÁRIO

O cidadão pode visitar o Congresso, e algumas das votações em Plenário podem ser acompanhadas pessoalmente. O Senado fica na Praça dos Três Poderes,

Zona Cívico-Administrativa, em Brasília. Para informações, o telefone é (61) 3303-4141. As visitas acontecem todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h.

PORTAL

O Portal do Senado na internet, www.senado.leg.br, é dividido em dez itens:

1) O Senado: com dados sobre a história e as atribuições da Casa, campanhas promovidas, a Presidência da Casa, como visitar o Congresso (inclusive uma visita virtual em <http://bit.ly/Senado-Virtual>) e formas de entrar em contato com cada setor.

2) Senadores: informações como dados pessoais, atuação na Casa (mandatos, participação em comissões, projetos apresentados e relatados, como votou em cada proposição, lideranças, missões) e suplentes dos parlamentares da atual legislatura e das anteriores.

3) Atividade legislativa: é possível pesquisar projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e outras proposições; cadastrar-se para acompanhar o andamento; conhecer a agenda

do Plenário e das comissões e os textos dos pronunciamentos e sessões on-line.

4) Legislação: contém o texto integral da Constituição federal de 1988, uma base de dados com toda a legislação republicana brasileira, pesquisa de legislação e os textos do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum.

5) Notícias: páginas dos veículos de comunicação do Senado.

6) Publicações: permite consultar os anais do Senado, os diários do Senado e do Congresso, estudos legislativos, a *Revista de Informação Legislativa*, a revista *Senatus* e o acervo de pesquisa do Arquivo do Senado, além de entrar em contato com a Livraria (para adquirir as obras publicadas pela Casa) e o Conselho Editorial.

7) Orçamento: informações sobre o processo orçamentário, acompanhamento da elaboração e execução das leis orçamentárias, consulta a emendas parlamentares, a transferências para estados, municípios e entidades privadas e aos orçamentos temáticos;

acesso ao banco de dados sobre as leis orçamentárias Siga Brasil (<http://bit.ly/SIGABrasil>) e aos vídeos do Orçamento Fácil, que explicam como funciona o processo orçamentário e como acompanhá-lo (www.senado.leg.br/orcamentofacil).

8) Dados Federativos: dados e informações de abrangência nacional e estadual sobre a legislação vigente, as relações financeiras entre os estados e a União e as características socioeconômicas gerais da sociedade e do governo em cada estado e município.

9) Transparência: ferramentas de participação popular e controle social, dados sobre a estrutura administrativa do Senado, os atos publicados diariamente pelo *Boletim Administrativo* e o planejamento para os próximos anos, enquetes e informações sobre as prerrogativas referentes ao cargo de senador (como a cota e subsídios recebidos por cada parlamentar, viagens oficiais e auxílios).

10) e-Cidadania: espaço institucional on-line de participação política. Está subdividido em três partes, para oferecer

ferramentas para interação no processo de fiscalização (e-Fiscalização), no processo legislativo (sugerindo temas para debate, opinando sobre projetos e sugerindo novas leis, pelo e-Legislação) e no contato com os senadores (e-Representação).

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

Jornal do Senado: o jornal diário com notícias da Casa pode ser encontrado em locais de Brasília como hotéis, rodoviária, aeroporto, hotéis e pela internet: www.senado.leg.br/jornal. O jornal também é responsável pela revista *Em Discussão*.

Rádio Senado: a emissora pode ser sintonizada via receptor de rádio FM em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Teresina (104,5 MHz) e Manaus (106,9 MHz); pela internet (www.senado.leg.br/radio), por antena parabólica comum, por sistema Radiosat Digital e via satélite com sinal digital. Veja aqui como sintonizar: <http://bit.ly/radioSenado>.

TV Senado: o sinal da TV cobre todo o país por meio das operadoras de TV a cabo, por satélites e antenas parabólicas do tipo analógico e digital e, em várias localidades, em sinal aberto de UHF. Veja aqui como sintonizar: <http://bit.ly/sintonizarTV>.

Em São Paulo, há transmissões digitais pelo canal 61. O telespectador também tem acesso à programação da emissora pelo site www.senado.leg.br/tv, que oferece canais para transmissão ao vivo de sessões plenárias e reuniões de comissões e disponibiliza íntegras de programas para serem assistidas ou copiadas.

Agência Senado: o Portal de Notícias pode ser acessado em www.senado.leg.br/noticias. A agência acompanha os trabalhos do Plenário do Senado, das comissões, dos órgãos da Casa, da Presidência do Senado e do Congresso, além de assuntos de interesse para a cidadania.

Pesquisa e opinião (DataSenado): o cidadão pode participar de pesquisas de opinião e enquetes, dar opinião sobre projetos e conhecer o resultado de pesquisas pelo site www.senado.leg.br/datasenado.

As redes sociais

O cidadão também pode utilizar as redes sociais para interagir com o Senado e com seus órgãos

FACEBOOK

- **Institucional:** [facebook.com/senadofederalbrasil](https://www.facebook.com/senadofederalbrasil)
- **Notícias do Senado:** [facebook.com/SenadoFederal](https://www.facebook.com/SenadoFederal)
- **e-Cidadania:** [facebook.com/eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- **Alô Senado:** [facebook.com/alosenadofederal](https://www.facebook.com/alosenadofederal)
- **Procuradoria da Mulher do Senado:** [facebook.com/procuradoriamulher](https://www.facebook.com/procuradoriamulher)
- **Biblioteca:** [facebook.com/BibliotecaDoSenado](https://www.facebook.com/BibliotecaDoSenado)
- **Presidência:** [facebook.com/presidenciaosenado](https://www.facebook.com/presidenciaosenado)
- **Rádio Senado:** [facebook.com/RadioSenado](https://www.facebook.com/RadioSenado)
- **TV Senado:** [facebook.com/TVSenado](https://www.facebook.com/TVSenado)
- **Jovem Senador:** [facebook.com/projetojovensenador](https://www.facebook.com/projetojovensenador)
- **Interlegis:** [facebook.com/interlegisonline](https://www.facebook.com/interlegisonline)
- **ILB:** <http://bit.ly/senadoILB>

TWITTER

- **Institucional:** @SenadoFederal
- **Biblioteca do Senado:** @Biblio_Senado
- **e-Cidadania:** @e_cidadania
- **Presidência:** @pr_senado
- **ILB:** @Senado_ilbead
- **Interlegis:** @InterlegisOn
- **Alô Senado:** @AloSenado
- **DataSenado:** @DataSenado
- **Jornal do Senado:** @jornaldosenado
- **Jovem Senador:** @JovemSenador
- **TV Senado:** @tvsenado
- **Agência Senado:** @Agencia_Senado
- **Rádio Senado:** @RadioSenado

YOUTUBE

- **Institucional:** [youtube.com/user/SenadoBR](https://www.youtube.com/user/SenadoBR)
- **Agência Senado:** [youtube.com/user/agenciasenadoBR](https://www.youtube.com/user/agenciasenadoBR)
- **TV Senado:** [youtube.com/user/TVSenadoOficial](https://www.youtube.com/user/TVSenadoOficial)
- **Orçamento Fácil:** <http://bit.ly/OrcamentoFacil>
- **Biblioteca do Senado:** [youtube.com/user/BibliotecaSF](https://www.youtube.com/user/BibliotecaSF)
- **Jovem Senador:** [youtube.com/user/concursosadacao](https://www.youtube.com/user/concursosadacao)
- **Rádio Senado:** [youtube.com/user/RadioSenado](https://www.youtube.com/user/RadioSenado)
- **Alô Senado:** [youtube.com/alosenado](https://www.youtube.com/alosenado)
- **Interlegis:** [youtube.com/user/programainterlegis](https://www.youtube.com/user/programainterlegis)

GOOGLE+

- **Institucional:** <http://bit.ly/googleSenado>
- **Notícias do Senado:** <http://bit.ly/googleNoticiasSenado>
- **TV Senado:** <http://bit.ly/googleTVSenado>

BLOG

- <http://www12.senado.leg.br/blog/>

INSTAGRAM

- **Agência Senado:** [instagram.com/agenciasenado](https://www.instagram.com/agenciasenado)
- **TV Senado:** [instagram.com/tvsenado](https://www.instagram.com/tvsenado)

TUMBLR

- [senadofederal.tumblr.com](https://www.senadofederal.tumblr.com)

FLICKR

- [flickr.com/photos/agenciasenado](https://www.flickr.com/photos/agenciasenado)

PINTEREST

- [pinterest.com/agenciasenado](https://www.pinterest.com/agenciasenado)

FOURSQUARE

- <http://bit.ly/foursquareSenado>

SLIDESHARE

- [slideshare.net/vocosenado](https://www.slideshare.net/vocosenado)

Projeto para novo indexador de dívidas pretende reduzir os encargos. Pacto federativo, fiscalização do Executivo e agenda do crescimento sustentável também foram citados como prioridades deste ano



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gastos públicos, rumos da economia e educação são prioridades para os senadores ouvidos na abertura do ano legislativo

IPCA pode ser indexador para estados e municípios

NA SESSÃO DE abertura dos trabalhos legislativos, ontem, Cícero Lucena (PSDB-PB) e Ana Amélia (PP-RS) disseram que o projeto que muda o indexador das dívidas de estados e municípios precisa ter prioridade nos próximos meses. O PLC 99/2013 prevê a troca do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com o intuito de reduzir encargos. O projeto também diminui para 4% os juros anuais, que variam de 6% a 9%, e define a taxa básica de juros Selic como limitador do pagamento dos encargos.

Para Cícero, a proposta merece ser discutida com prioridade, uma vez que muitos estados e municípios estão em dificuldades para pagar as dívidas com o modelo atual.

Ana Amélia disse que o

governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, comparecerá ao Senado ainda este mês para pedir ao presidente da Casa, Renan Calheiros, que o projeto seja prioritário. Ela mencionou a apresentação de requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para convidar o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, a prestar esclarecimento sobre empréstimos a Cuba.

Pedro Taques (PDT-MT) foi na mesma linha ao dizer que espera que em 2014 os parlamentares sejam mais incisivos na fiscalização do Executivo.

Cícero acrescentou que a população continua bastante preocupada com os rumos da economia e com os gastos públicos. Ele comentou o apelo do Executivo para que o Congresso evite projetos que aumentem os gastos públicos:

Humberto Costa (PT-PE) disse que não há como deixar de debater o pacto federativo em 2014, pois as expectativas “são as melhores possíveis”.

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a pauta precisa priorizar a retomada da agenda do crescimento sustentável, como o Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011) e o novo Código de Mineração (PL 37/2011).

Rollemberg e Humberto admitem que as eleições podem dominar os debates no segundo semestre, mas mostraram confiança de que a produção legislativa não fique comprometida.

Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) destacaram, além da atualização das dívidas dos estados, a federalização da educação básica. Cristovam citou o PLS 320/2008, de autoria dele.

Isenção deve incrementar produção rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá decidir terminativamente — em votação final, antes de ir à Câmara — sobre a proposta que suspende a exigência da Cofins e do PIS-Pasep sobre bens destinados ao incremento da produção rural.

Pelo projeto (PLS 278/2007), da ex-senadora Marisa Serano, tanto as vendas no

mercado interno quanto as importações de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção teriam suspenso o recolhimento das contribuições (cobradas pela União e não divididas com os estados).

Quando o bem ou o material é utilizado ou incorporado à produção agropecuária, a suspensão se converte

em alíquota zero.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) já aprovou relatório favorável de João Durval (PDT-BA). Na CAE, Lobão Filho (PMDB-MA) ofereceu uma emenda de redação. O projeto foi redistribuído em 2010 a João Vicente Claudino (PTB-PI), que acompanhou o parecer de Lobão Filho.

ILB vai abrir 144 mil novas vagas para cursos a distância

Serão reabertas no dia 18 as inscrições para os cursos sem tutoria na modalidade de ensino a distância do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Serão 144.160 vagas para 27 cursos em áreas como política, economia, língua portuguesa e cerimonial. Os cursos, com carga horária de 10 a 60 horas, são gratuitos e abertos ao público em geral. As matrículas poderão ser feitas pela página do instituto na internet.

No mesmo dia, uma aula especial dará início ao ano letivo do ILB. O tema será “A eleição 2014 — democracia e Legislativo, com o ministro substituto Admar Gonzaga Neto, do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE), e com Walter Costa Porto, ex-ministro do órgão e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). As palestras começam às 10h30, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis, com transmissão pela internet em www.interlegis.leg.br.

Está em andamento a seleção interna de facilitadores de aprendizagem e, em breve, também serão abertos os cursos com tutoria, como Siga Brasil, Redação e Técnica Legislativa, Licitação e Contratos Administrativos. Ao todo, serão oferecidas 5.840 vagas para 19 cursos com tutores, sempre com duração de 60 horas.

Professor inovador e assíduo pode ter vantagem em progressão

Vital do Rêgo (PMDB-PB) quer modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir a assiduidade e o uso de práticas pedagógicas inovadoras entre os critérios para progressão funcional de docentes.

O senador considera que a medida ajudará a reduzir o grande número de faltas de professores, que compromete a qualidade do ensino. Em projeto apresentado pelo parlamentar, assiduidade e inovação pedagógica se somariam a critérios de progressão previstos na LDB, como titulação e avaliação de desempenho.

Para o senador, premiar os profissionais que não faltam ao trabalho e que buscam novas formas de ensino é uma maneira de aumentar o poder da comunidade escolar na avaliação dos docentes.

O PLS 95/2013 está em exame na Comissão de Educação (CE) e recebeu a aprovação do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador, no entanto, observa que as faltas dos professores muitas vezes são motivadas por problemas de saúde decorrentes de jornadas excessivas e condições inadequadas de trabalho.

Ele também aponta a



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vital acredita que proposta fortalece poder da comunidade escolar

dificuldade de avaliação do uso de novas práticas pedagógicas, alertando para “o risco de qualquer procedimento, inclusive o mais rotineiro, ser tido como inovador”.

No projeto, Vital propõe ainda modificar a LDB para proibir que professores da educação básica sejam convocados para prestar serviço durante as eleições, salvo em casos excepcionais.

O relator vê a medida com preocupação. Ele observa que, em muitos municípios, a impossibilidade de convocar professores para ajudar nas eleições dificultará a realização dos pleitos.

Após a aprovação na CE, a matéria pode seguir direto para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla

Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Debates em Plenário são retomados no primeiro dia de trabalho legislativo

Após a sessão solene do Congresso na qual foi lida a mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Legislativo, parlamentares

realizaram ontem a primeira sessão não deliberativa do Senado em 2014. Os pronunciamentos abordaram projetos, economia e fatos políticos.

Ruben Figueiró lamenta morte do ex-senador João Faustino

No primeiro discurso do ano, Ruben Figueiró (PSDB-MS) pediu voto de pesar pela morte do ex-deputado e ex-senador João Faustino, ocorrida em janeiro, em decorrência de complicações cardíacas resultantes de leucemia.

Figueiró lembrou a trajetória política de Faustino. Em apertes, José Agripino (DEM-RN) lembrou que Faustino era seu primeiro-suplente.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a lembrança de Faustino permanecerá viva.



Pedro Franco/Agência Senado

Vanessa rebate críticas ao baixo crescimento econômico em 2013

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou ontem sobre críticas da imprensa ao resultado da atividade econômica em 2013. Na opinião da senadora, os números não revelam os avanços sociais ocorridos no país, sobretudo no que se refere às melhorias na distribuição da riqueza.

—O que mais importa é a que e a quem servem o crescimento e o desenvolvimento. Porque crescer economicamente diz pouco se o fruto desse desenvolvimento fica concentrado nas mãos de poucos.



Mônica Menezes/Agência Senado

Taques defende fim do foro privilegiado em processos de corrupção

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu ontem a aprovação de duas propostas apresentadas por ele em 2013: a PEC 62/2013, que acaba com o foro privilegiado nas ações decorrentes de atos de improbidade administrativa, e o PLS 518/2013, que estabelece o Estatuto da Vítima e de Seus Dependentes.

O senador destacou a atuação como relator da Comissão Especial de Segurança Pública e da proposta do novo Código Penal, afirmando que o objetivo é simplificar a legislação.



Mônica Menezes/Agência Senado

Para Aloysio Nunes, governo faz propaganda de si mesmo

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a mensagem presidencial para inauguração dos trabalhos do Congresso, acusando o governo de fazer “propaganda de si mesmo” em vez de encaminhar providências e estabelecer prioridades.

—É de uma pobreza franciscana, lamentável. Não há nada de impacto que realmente tenha característica de reforma, de construção do futuro. A presidente vindo ao Congresso para fazer afirmações que não condizem com a realidade.



Mônica Menezes/Agência Senado

Humberto Costa elogia trabalho de Padilha no Ministério da Saúde

O ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, que deixou o cargo ontem para se candidatar ao governo de São Paulo, foi elogiado por Humberto Costa (PT-PE). O senador disse que Padilha demonstrou ser um competente administrador nos três anos em que comandou a pasta, sobretudo pela implantação do Programa Mais Médicos. Outra ação, disse Humberto, foi o Programa Saúde Não Tem Preço, no qual doentes de diabetes e hipertensos tiveram acesso gratuito a medicamentos.



Alexsandro Damásio/Agência Senado

Rolleberg critica o Distrito Federal pelo aumento da violência

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) lamentou os índices de violência registrados em Brasília e voltou a criticar o governo do Distrito Federal. Segundo ele, a situação na região hoje é de “medo, pânico e tragédia social, como uma tragédia anunciada”, com um governo “omisso” e “sem autoridade”.

O senador sugeriu que a OAB-DF tente intermediar um acordo entre os policiais militares, que cobram melhores salários, e o governador Agnelo Queiroz.



Mônica Menezes/Agência Senado

Paim: gaúchos cobram novo indexador para dívidas estaduais

Paulo Paim (PT-RS) informou que ele, Pedro Simon (PMDB-RS), Ana Amélia (PP-RS) e o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, terão audiência hoje com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir prioridade na aprovação do projeto que muda o indexador das dívidas dos estados e municípios. Segundo Paim, também participarão secretários estaduais, outros governadores e deputados federais. Paim acredita que o Senado pode votar a proposta ainda nesta semana.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Ana Amélia afirma que BNDES precisa explicar empréstimos ao exterior

Ana Amélia (PP-RS) informou que pediu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o comparecimento do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para detalhar as operações internacionais do banco em projetos de infraestrutura. O principal alvo de críticas é o investimento do BNDES no Porto de Mariel, em Cuba, que teria recebido US\$ 800 milhões. Para Ana Amélia, é fundamental saber quais países estão sendo beneficiados e os critérios para liberação dos recursos.



Mônica Menezes/Agência Senado

Ano legislativo: Randolfe diz que não há tempo a perder

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apontou ontem a dívida dos estados e a reforma política como temas prioritários para o ano legislativo de 2014. O senador reconheceu que este será “um ano pressionado” por eventos como Copa do Mundo e eleições, mas sustenta que é preciso aproveitar ao máximo o tempo que está disponível.

Randolfe disse que espera votar ainda esta semana o projeto que trata da reforma da dívida de estados e municípios (PLC 99/2013).

Wellington pede cautela com aumento dos gastos públicos

Ao comentar a mensagem que a presidente da República, Dilma Rousseff, enviou ao Congresso na abertura do ano legislativo, o senador Wellington Dias (PT-PI) afirmou que a cautela na aprovação de propostas que aumentem os gastos públicos deve ser uma preocupação de todos.

Wellington disse que, apesar de ser um ano eleitoral, os senadores devem ter responsabilidade com a manutenção do crescimento econômico que foi propiciado ao longo dos anos.

Gleisi Hoffmann deixa ministério e reassume cargo de senadora

Com a posse de quatro ministros ontem, volta ao Senado Gleisi Hoffmann (PT-PR), até então ministra-chefe da Casa Civil. Eleita senadora em outubro de 2010, Gleisi exerceu o mandato por seis meses, até junho de 2011, quando se licenciou para integrar o ministério de Dilma Rousseff. Durante a licença, foi substituída por Sérgio Souza (PMDB-PR). A ex-ministra tem mandato até 2019, mas é apontada como candidata ao governo do Paraná.



Lina de Paula/Agência Senado

Na cerimônia de ontem no Planalto, tomaram posse os ministros Aloizio Mercadante, na Casa Civil; Arthur Chioro, na Saúde; Henrique Paim, na Educação; e Thomas Traumann, na Secretaria de Comunicação Social.

Permanecem licenciados do Senado os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA); da Previdência, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN); da Pesca, Marcelo Crivella (PRB-RJ); e da Cultura, Marta Suplicy (PT-SP).

Cristovam deixa uma mensagem de paz para 2014

Na última sessão do Senado em 2013, em 23 de dezembro, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um discurso inspirado nas tradições dos índios peruanos aimarás, que há 2 mil anos ensinaram a necessidade de cada ser humano carregar sete tipos diferentes de paz.

Esses tipos são a paz com o passado, com o futuro, com a família, com o planeta, com o resto do mundo, a paz espiritual e a paz que se tem consigo mesmo, que pode ser resultado de todas as anteriores. Foi a paz que o parlamentar almejou para todos os colegas políticos e para o povo brasileiro.

Eduardo Suplicy cita manifestações como fato que marcou 2013

Em um balanço sobre o ano de 2013, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou as manifestações que tomaram o país a partir do mês de junho. Para ele, apesar de o movimento ter conseguido parte dos objetivos, como evitar o aumento de tarifas de transporte coletivo em algumas cidades do país, há reivindicações não atendidas, entre elas a reforma política.

Suplicy citou como principais propostas de mudança a proibição de doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais e a limitação das doações de pessoas físicas.

Judiciário recuperou credibilidade, avalia Alvaro Dias

Ao fazer um balanço dos acontecimentos de 2013, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou dois fatos que considera marcantes: o retorno da população às ruas para protestar por um país melhor e a recuperação da credibilidade do Poder Judiciário com o julgamento da Ação Penal 470.

Alvaro também disse que o governo federal não promoveu as reformas estruturais necessárias para o país se desenvolver.

Os pronunciamentos acima, da sessão de 23 de dezembro, foram publicados na edição de hoje tendo em vista que o Jornal do Senado não circulou em 24 de dezembro nem no período de recesso.

Senadores querem contribuição do Executivo para melhorar presídios

Randolfe sugeriu a destinação de recursos federais para presídios estaduais e Taques cobrou maior eficiência nas ações do governo na área

O SENADOR RANDOLFE Rodrigues (PSOL-AP) defendeu ontem a realização “urgente e necessária” de um mutirão nacional do Judiciário como forma de atenuar a superlotação nos presídios. Ele disse que a medida serviria para separar presos provisórios ou que já cumpriram pena dos condenados em definitivo que ainda cumprem sentença.

A situação dos presídios foi destacada no discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim

Barbosa, na sessão solene de abertura do ano legislativo.

Para Randolfe, os recursos do Fundo Penitenciário Nacional, destinados às penitenciárias federais, também deveriam ser encaminhados aos presídios estaduais, que, segundo ele, “estão abandonados e ficam reféns dos recursos parcos dos estados”.

O senador afirmou que pretende apresentar ao Ministério da Justiça e à Procuradoria-Geral da República (PGR) relatório da comissão do Senado

que visitou a Penitenciária de Pedrinhas, no Maranhão, palco de recentes conflitos sangrentos entre presidiários.

— A crise [do sistema penitenciário] é mais grave no Maranhão, mas está em todo o Brasil. Assistimos ao alastramento do crime organizado, notadamente do Primeiro Comando da Capital (PCC), que se alastrou de São Paulo para todo o país. Não há articulação entre Executivo e Judiciário, não há coordenação por falta de política nacional

para o setor — afirmou.

‘Menos discurso’

Pedro Taques (PDT-MT) também cobrou uma atuação mais eficiente do Executivo no que diz respeito ao sistema penitenciário. O senador lembrou que a União tem uma grande atribuição e precisa investir mais no setor.

— Precisamos de mais recurso e menos discurso, pois o percentual efetivamente empenhado pela União é irrisório — disse.

Proposta disciplina oferta de internações domiciliares

Os planos de saúde poderão ser obrigados a cobrir internações domiciliares, opção que reduz a demanda por vagas em hospitais e a ocorrência de infecções hospitalares. A medida é prevista em projeto de lei (PLS 229/2013) que consta na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria de Gim (PTB-DF), a proposta também obriga os planos de saúde a custearem a assistência médico-hospitalar conhecida como hospital-dia, usada para administração supervisionada de medicamentos sem internação hospitalar ou domiciliar.

As alterações a serem feitas na Lei 9.656/1998, segundo o parlamentar, trazem ganhos importantes tanto para os pacientes como para os planos de saúde. As duas modalidades de assistência, acrescentou, já são adotadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que é “um claro reconhecimento dos benefícios que elas promovem”.

O relator na CAE foi o então senador Sérgio Souza. Para ele, a aprovação do texto trará ganhos significativos para os pacientes sem implicar necessariamente aumento de custo para as operadoras.



Conselho Nacional de Justiça faz mutirão carcerário em Águas Lindas de Goiás (GO) para conter superlotação, medida que Randolfe quer ver estendida a todo o país

Regras para desmontar veículos podem ser discutidas amanhã

O debate sobre o disciplinamento das empresas de desmontagem de veículos poderá ser retomado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) amanhã.

O assunto esteve em pauta na última reunião da comissão em 2013, mas a decisão ficou em suspenso a pedido de Romero Jucá (PMDB-RR), autor de um projeto de lei (PLS 617/2011) e relator de outros dois (PLS 353/2012 e PLC 38/2013) que regulamentam a atividade.

O parecer de Jucá recomenda a aprovação sem mudanças do PLC 38/2013 e a rejeição do



PLS 353/2012. Mas esse voto poderá ser revisto, já que as propostas foram retiradas de pauta para reexame. O PLS 617/2011 aguarda parecer pelo relator, Gim (PTB-DF).

A regulamentação pretende combater furtos e roubos de veículos. São Paulo já sancionou, no início de 2014, uma lei que regula a atividade no estado. Essa norma dá às empresas do setor seis meses para regularizar a situação no Detran e na Secretaria da Fazenda sob pena de sofrerem multa, descredenciamento e até serem fechadas.

Ana Amélia cobra votação de projeto sobre boates

Ana Amélia (PP-RS) cobrou do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, o cumprimento da promessa de que projeto sobre segurança em boates seja votado nesta semana naquela Casa.

Na semana passada, que marcou o primeiro ano da tragédia da boate Kiss, em Santa Maria (RS), Alves comprometeu-se a colocar em votação o projeto, que está pronto há sete meses (PL 2.020-B/2007). O texto é resultado do trabalho

de uma comissão externa da Câmara, que recebeu contribuições de outra comissão, formada por senadores.

Entre as medidas propostas, está a que proíbe o sistema de comandas para o pagamento de entrada e consumo, facilitando a saída dos clientes em caso de emergência. Também exige licença do corpo de bombeiros como condição para que a prefeitura emita o alvará de funcionamento. Outra novidade é a exigência de um seguro de acidentes pessoais a ser contratado pelos proprietários do estabelecimento em favor dos clientes. Os donos de boates também terão que publicar na internet todas as informações atualizadas sobre alvarás e licenças.



Tragédia em Santa Maria (RS), na qual morreram 242 pessoas, completou um ano

O SENADO VOTOU.
AGORA É LEI
EC 75 | PEC da Música



Um tributo aos artistas brasileiros

O Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 75, que estabelece imunidade de impostos para a produção de CDs e DVDs de artistas brasileiros. Com a mudança no tributo, o Congresso garante a redução dos custos de produção ao mesmo tempo em que amplia o combate à pirataria.

É o Congresso Nacional valorizando quem faz o Brasil cantar.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

